

DÉBORA MELO FERNANDES

Curriculum Vitae

Advogada de Direito Público com experiência em Direito Administrativo, em especial nas áreas dos contratos públicos e da regulação, aconselha clientes públicos e privados em questões complexas em matéria de formação e execução de contratos públicos e em setores altamente regulados, como o dos transportes, da mobilidade e da energia. Patrocina também entidades públicas e privadas em litígios judiciais complexos de Direito Administrativo, com especial enfoque em matérias de contencioso pré-contratual.

É formadora em pós-graduações, ações de formação e seminários na área da contratação pública, sendo autora de diversos artigos científicos nas suas áreas de especialização.

Experiência profissional

- Advogada na *Gama Glória & Associados* desde fevereiro de 2020
- Associada Sénior na *Sérvulo & Associados* entre fevereiro de 2016 e janeiro de 2020, onde desenvolveu experiência profissional nas seguintes áreas:
 - Contratação pública e execução de contratos
 - Contencioso administrativo, incluindo como secretária em processos arbitrais
 - Direito regulatório (em particular, nos setores da energia e do jogo)
 - Domínio público
 - Direito administrativo geral
- Adjunta do Gabinete do Ministro da Modernização Administrativa no XX Governo Constitucional, em novembro de 2015

- Associada na *Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados* entre junho de 2010 e janeiro de 2016, onde desenvolveu experiência profissional nas seguintes áreas:
 - Direito regulatório (em particular, nos setores dos transportes, energia, comunicações eletrónicas e media)
 - Contratação pública e execução de contratos
 - Contencioso administrativo
 - Direito administrativo geral
- Advogada estagiária na *Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados* entre setembro de 2007 e junho de 2010, onde colaborou com as equipas de Administrativo e de Comercial e Societário

Publicações

- “Reflexões sobre a delimitação da capacidade jurídica privada das empresas públicas: o princípio da especialidade”, no prelo
- “A não aposição de assinatura eletrónica nos documentos da proposta antes do respetivo carregamento na plataforma: comentário ao acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 6 de dezembro de 2018 (proc. n.º 0278/17.0BECTB)”, *Revista de Direito Administrativo*, n.º 5, maio-agosto 2019
- “A decisão de contratar no Código dos Contratos Públicos revisto”, in *Comentários à Revisão do Código dos Contratos Públicos* (coord. C. Amado Gomes, R. Pedro, T. Serrão, M. Caldeira), 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2018
- “O preço anormalmente baixo no direito da contratação pública: conceito, procedimento e deveres da entidade adjudicante”, *Revista de Contratos Públicos*, n.º 16, março 2018
- “A responsabilidade civil da Administração por atos administrativos afetados por vícios externos e a eventual relevância negativa do comportamento lícito alternativo”, *e-pública*, Vol. III, n.º 7, abril 2016
- “O princípio da transparência administrativa: mito ou realidade?”, *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 75, Vol. I/II, janeiro-junho 2015

- “Acórdão Ambisig: a queda de um mito ou a admissibilidade da avaliação da experiência da equipa técnica a afetar à execução de um contrato como fator do critério de adjudicação”, em coautoria com A. Robin de Andrade, *Revista de Contratos Públicos*, n.º 14, maio-agosto 2014
- “O aproveitamento da capacidade financeira de terceiros para efeitos de participação num concurso”, *Revista de Contratos Públicos*, n.º 7, janeiro-abril 2013

Formação académica

- Prepara dissertação para conclusão do Mestrado em Direito Administrativo na Faculdade de Direito (Escola de Lisboa) da Universidade Católica Portuguesa
- Conclusão da parte curricular do Mestrado em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito (Escola de Lisboa) da Universidade Católica Portuguesa, com média final de 17 valores, em julho de 2015
- Pós-graduação em Direito e Prática da Contratação Pública, na Faculdade de Direito (Escola de Lisboa) da Universidade Católica Portuguesa, em junho de 2009
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 16 valores, em julho de 2007
- Ensino secundário com média final de 19 valores

Habilitações profissionais

Inscrição como Advogada na Ordem dos Advogados, Conselho Distrital de Lisboa, desde junho de 2010 (cédula profissional n.º 49008L)

Outros

- Voluntária (mentora) no Projeto Mentores (desenvolvido pelo ACM – Alto Comissariado para as Migrações, I.P., em parceria com o GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial), entre 2014 e 2018
- Voluntária em Moçambique no projeto desenvolvido pela associação MOVE – Associação de Microcrédito e Empreendedorismo, em abril e maio de 2012

- Formadora voluntária no programa *Junior Achievement* na Escola EB1 dos Lóios, Chelas, em 2011
- Estagiária (estágio de verão) na *Linklaters*, 2006
- Prémio atribuído pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa pela melhor classificação em Direito Comunitário, 2005
- Prémio atribuído pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa pela melhor classificação em Direito Administrativo, 2004